FUNCIONÁRIO PÚBLICO — EQUIPARAÇÃO E VINCULAÇÃO DE VENCIMENTOS

— Não cabe aumento de vencimentos ou proventos com base em equiparação ou vinculação abolida pela Constituição.
— Interpretação dos arts. 13, n.º V, e 96 da Constituição.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Estado do Paraná *versus* Alcides Pereira Júnior e outros
Recurso extraordinário n.º 67.471 — Relator: Sr. Ministro
BARROS MONTEIRO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata do julgamento e notas taquigráficas, à unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento.

Brasília, 31 de outubro de 1969. —
Luiz Gallotti, Presidente — Barros Monteiro, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Barros Monteiro — Sr. Presidente.

A espécie vem bem resumida no parecer da douta Procuradoria-Geral da República, nos seguintes termos:

“Trata-se de mandado de segurança requerido por Alcides Pereira Júnior, Procurador do Tribunal de Contas, aposentado, Alfredo Pinheiro Júnior, Procurador do Tribunal de Contas, aposentado, Cláudio de Macedo Lopes, Procurador Fiscal, como representante da Fazenda Estadual no Tribunal de Contas, aposentado, Joaquim de Almeida Peixoto, Auditor do Tribunal de Contas, aposentado, Ney Leprevost, Procurador Fiscal, como representante da Fazenda Estadual no Tribunal de Contas, aposentado, Nivon Weigert, Procurador Fiscal do Tribunal de Contas, pôsto em disponibilidade, via do qual pretendem ver reconhecido o direito de

perceberem, na inatividade, proventos equiparados ou vinculados aos de Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (êste, por sua vez, tem vencimentos iguais aos de Desembargador do Tribunal de Justiça).

O eg. Tribunal de Justiça *a quo*, quanto ao mérito da impetração, houve por bem conceder a segurança nos termos de julgado assim ementado, *in verbis*:

“Mandado de Segurança — Equiparação — Funcionários aposentados — Regime — Vitaliciedade — Efeitos — Direito adquirido — Segurança deferida.

Uma vez outorgada, a vitaliciedade se incorpora ao patrimônio funcional do servidor, tornando-se, por isso mesmo, intangível.

A irredutibilidade de vencimentos é um dos atributos da vitaliciedade, à qual se acha jungida irreversivelmente.

O direito do funcionário público aposentado não se confunde com o do funcionário em atividade, pois êle não integra carreira, nem classe; pertence isto sim, ao quadro dos inativos, cuja situação é regida pela lei vigente à data da aposentadoria.

Os funcionários em atividade obedecem ao regime estatutário a que estão subordinados.

Os aposentados não”.

Daí a razão do presente recurso extraordinário que vem fundamentado nas alíneas *a* e *d*, do art. 114, III, da

Constituição do Brasil e admitido, conforme se lê no r. despacho de fôlhas 200-201, apenas pela letra *d* do apontado dispositivo constitucional”.

E, passando a opinar, quanto ao mérito, assim se manifesta aquêlê parecer:

“4. A matéria em debate não se constitui em novidade para a Colenda Côrte, vez que, caso idêntico ao presente, em tudo e por tudo, foi julgado pelo Plenário em 7-5-69 e, à unanimidade, deu-se provimento ao apêlo extremo do Estado do Paraná.

5. Referido julgado — recurso extraordinário n.º 66.443 — PR., Rel. Ministro Luiz Gallotti — teve seu *acórdão* publicado no *D. J.* de 13-7-69, pág. 2.583, e está ementado nos seguintes têrmos, *in verbis*:

“Não pode o servidor público, em atividade ou aposentado, reclamar por efeito de equiparação, aumento de vencimentos ou proventos, que, após ter sido ela proibida, foi concedido ao funcionário, a que a lei o equiparou. Constituição de 1967, arts. 96 e 13. n.º V.

Recurso extraordinário conhecido e provido para cassar a segurança”.

“Não se vislumbrando nos autos qualquer matéria ou alegação nova que mereça se lhe dedique atenção, nosso parecer, nos têrmos da jurisprudência do Excelso Pretório é pelo conhecimento e provimento do recurso extraordinário de que se cogita, em sua dupla fundamentação, cassando-se, por consequência, a segurança em má hora concedida”.

Tenho como feito o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Barros Monteiro (Relator) — Sr. Presidente.

O caso é, com efeito, idêntico ao do recurso extraordinário n.º 66.443, do mesmo Estado do Paraná, onde teve V. Exa., ocasião de proferir o seguinte voto:

“O recurso é cabível com fundamento nas duas alíneas invocadas.

Assim, dêle conheço.

E para dar-lhe provimento.

Não só foi contrariada a jurisprudência do Supremo Tribunal, mas a própria Constituição, que no art. 96 proíbe vinculação ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público, e, no art. 13, n.º V, obriga os Estados a respeitarem as normas por ela estabelecidas relativamente aos funcionários públicos. Veja-se a clara exposição de Paulo Sarasate, no seu livro sôbre a Constituição do Brasil (páginas 193-194).

Evidente que o impetrante, ora recorrido, teria razão, se reclamasse a equiparação quanto a aumentos de estipêndio concedidos antes de ser ela revogada. Mas não é disso que se trata e sim de aumetnos posteriores. Assim, se a ela já não teria direito, mesmo que estivesse em atividade, também não pode reclamá-la por estar aposentado.

Deixa-o patente o magistral parecer de Seabra Fagundes, que aprecia êsse e os demais pontos da controvérsia (fls., 75-87).

Não protege ao recorrido a invocação de coisa julgada, pois esta é anterior aos preceitos constitucionais invocados pelo Estado recorrente. Assim, não se decidiu, nem se poderia ter decidido em face dêles.

Também não procede o argumento de que o Poder Executivo, sôzinho, teria alterado o ato de aposentadoria, ato complexo de que participara o Tribunal de Contas, ao registrá-la. Na verdade, não o alterou; apenas obistou, como se impunha, em obediência à Constituição, os efeitos futuros de uma equiparação, que ela revogara.

Note-se que, no caso, a própria lei, que deu aos desembargadores a majoração reclamada pelo impetrante, dela expressamente excluiu êste e os

demais beneficiários de uma equiparação que cessara.

Por ocasião dos últimos aumentos concedidos aos funcionários da Câmara e do Senado, mediante Resoluções com força de lei, entendeu o Supremo Tribunal que, para serem os seus funcionários beneficiados por tais aumentos, era necessário um diploma legal, pois, embora dependente de lei o desaparecimento da equiparação quanto a outros pontos em que as antigas Resoluções das Casas do Congresso não foram alteradas, tratando-se de Resoluções novas concessivas de vencimentos novos para os servidores das mesmas Casas, já não eram extensivas, independentemente de lei, aos funcionários do Supremo Tribunal.

Assim, o aumento que ao impetrante cabe reclamar não é o que reclama, mas o estabelecido por lei em obediência à norma constitucional de que os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

Conheço do recurso e lhe dou providimentos, para cassar a segurança".

Por êsses mesmos fundamentos, que peço permissão para fazê-los meus, conheço do recurso e lhe dou provimento.

VISTA

O Sr. *Ministro Amaral Santos* — Sr. Presidente, peço vista dos autos.

EXTRATO DA ATA

RE 67.471 — PR — Rel., *Ministro Barros Monteiro*. Recte., Estado do Paraná (Adv., *Antônio Maria Rodrigues*). Recdos., *Alcides Pereira Júnior* e outros (Adv., *E. D. Moniz de Aragão*).

Decisão: Pediu vista o *Ministro Amaral Santos*, após o voto do Relator conhecendo do recurso e dando-lhe provi-

mento. Falou pelos Recorridos o Dr. *E. D. Moniz de Aragão*.

Presidência do Sr. *Ministro Luiz Gallotti*. Presentes à sessão os Senhores *Ministros Djaci Falcão, Barros Monteiro, Amaral Santos* e o Doutor *Oscar Corrêa Pina*, Procurador-Geral da República, substituto. Ausente, justificadamente, o Sr. *Ministro Aliomar Baleeiro*.

VOTO

O Sr. *Ministro Amaral Santos* — A sustentação oral dos recorridos, proferida por ilustre professor de direito por ocasião do início do julgamento, me trouxe dúvidas, que me levaram a pedir vista dos autos. Precisava eu, principalmente, cotejar a hipótese com o julgado no recurso extraordinário n.º 66.443, desta Turma, relatado pelo eminente *Ministro Luiz Gallotti*.

Verifico que, em verdade, êste caso é idêntico ao objeto do referido recurso extraordinário, em que se baseia o eminente Relator e, que nenhum argumento novo autoriza se desfaça o entendimento anterior desta Turma.

De tal modo, desfeitas as dúvidas, acompanho o eminente Relator.

EXTRATO DA ATA

RE 67.471 — PR — Rel., *Ministro Barros Monteiro*. Recte., Estado do Paraná (Adv., *Antônio Maria Rodrigues*). Recdos., *Alcides Pereira Júnior* e outros (Adv., *E. D. Moniz de Aragão*).

Decisão: Conhecido e provido. Unânime.

Presidência do Sr. *Ministro Luiz Gallotti*. Presentes à sessão os Senhores *Ministros Amaral Santos, Barros Monteiro, Djaci Falcão* e o Doutor *Oscar Corrêa Pina*, Procurador-Geral da República, substituto. Ausente, justificadamente, o Senhor *Ministro Aliomar Baleeiro*.